

G20



Edição Nº 10 22/11/2005
semanário de informação

Editor: Secretariado Executivo do G20
Plataforma Nacional da Sociedade Civil Moçambicana para Participação nos Observatórios da Pobreza/Desenvolvimento

Actualidade

RAP/2005 entregue ao Governo

Aprofundamos a democracia interna dos membros da sociedade civil, desenvolvemos uma consulta alargada, escutamos a voz de cada um de nós, foi nestes termos que a Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, FDC, Sra. Graça Machel, se exprimiu ao presidir a sessão plenária dos membros do G20 e parceiros onde foi apresentado e entregue ao Governo, o Relatório Anual da Pobreza, RAP/2005.

A Presidente da FDC disse ainda que no processo que conduziu à elaboração do RAP/2005, **os membros da sociedade civil aproximaram - se mais e desenvolveram a capacidade de se entenderem uns com os outros.**

Ao apresentar o RAP/2005, o Secretário Executivo do G20, Paulo Cuinica, demonstrou como, comparativamente ao relatório anterior, se evoluiu para uma amostra mais ampla, com um número maior de pessoas envolvidas e inqueridas em 124 distritos.

Esclareceu ainda que, no próximo ano não se irá produzir um relatório anual, mas um estudo sobre a evolução do PARPA no contexto sócio económico moçambicano num período a ser estimado e incorporado nos termos de referência em preparação.

O RAP/2005 entregue ao Governo está aberto à mais contribuições. Este processo deverá

decorrer até que o PARPA II seja aprovado por um instrumento legal.

Contribuições

Os participantes à sessão de apresentação do RAP/2005 expuseram mais contribuições tendo em vista o enriquecimento do documento. Assim, no que concerne ao meio ambiente, foi posta a necessidade de melhorar a regulamentação de acções com impacto e influência no meio ambiente, como a construção de represas e de aterros sanitários. Também, sublinharam a necessidade de se estimularem acções que concorram para a preservação do ambiente, com isenções fiscais para utilizadores de tecnologias limpas e não poluentes.

No que respeita à justiça, recomendou - se maior enfoque à justiça informal, nomeadamente, os tribunais comunitários, o que passa por uma reforma legal do sistema judiciário. Esta necessidade deriva do entendimento de que com esta reforma pode melhorar o acesso do cidadão à justiça com a sua participação no seu crescimento.

Quanto ao HIV/SIDA, é necessário maior apoio às organizações de pessoas vivendo com o HIV/SIDA e na protecção dos direitos das mesmas.

A corrupção é outro problema que a sessão plenária sentiu a precisar de maior acuidade, tratamento mais sério e enquadrado. É preciso mobilizar o cidadão não só a denunciar casos de corrupção, mas sobretudo a afastar-se de tais práticas.

A questão da corrupção, sublinhou - se, está relacionada, de algum modo, com o desrespeito e desvio de bens públicos, onde o seu tratamento como roubo, diminui de algum modo a magnitude do problema.

Por outro lado, observou-se que a sociedade civil pode ter um papel importante no combate à corrupção, complementando as acções do actual Governo de Moçambique que indicou este combate como uma das suas prioridades .

As contribuições apontaram também, a necessidade de se estimular os conselhos de consulta, como órgãos amplos de participação democrática, os quais devem ser estabelecidos continuamente ao nível de base.

Amanhã IV Sessão do Observatório da Pobreza

Representantes de todas as províncias do país, membros do G20, de organizações, associações e fóruns, em número de 20, escolhidos para participar em nome da sociedade civil na IV Sessão do Observatório da Pobreza, de amanhã, já estão em Maputo .

Ontem, participaram na reunião de harmonização dos comentários da Sociedade civil ao PARPA II.

Para além das propostas contidas no RAP/2005, os membros da sociedade civil poderão tecer comentários ao longo da IV Sessão do Observatório da Pobreza.

O PARPA II a ser apresentado amanhã teve uma grande contribuição da sociedade civil.

Em busca de uma estratégia de desenvolvimento rural

A procura de uma estratégia para o desenvolvimento rural em Moçambique, partindo de um documento de trabalho do Ministério de Planificação e Desenvolvimento reuniu, semana finda, quadros do sector estatal, empresarial, académicos e sociedade civil.

Nas dissertações de ocasião, ficou claro que conceber tal estratégia não é expediente fácil, uma vez que cada região rural do país apresenta particularidades que o diferenciam das demais. A par disso, nota-se que embora seja nessas zonas, onde habita a maioria da população moçambicana, não é lá onde são direccionados os principais fluxos de investimentos para o desenvolvimento, e, notaram alguns, a tendência futura será de uma diminuição acentuada da população rural.

A procura de uma estratégia rural para Moçambique é um assunto que ocupa a agenda do Governo há muitos anos, mas ainda não se encontrou o caminho.

Da proposta em debate, sobressai que a mesma resulta de uma necessidade, de uma visão estratégica do futuro, que exprima o que se pretende nas áreas rurais, em estreita ligação com as áreas urbanas e inserida no desenvolvimento do país em geral.

Essa visão é indissociável de uma visão do Estado, que não abandona a sua função de prestadora de serviços em sectores determinantes para a coesão social e unidade nacional.

Outra justificação para a necessidade da estratégia é de tornar as zonas rurais em locais atractivos para trabalhar e viver, reduzindo os factores da migração e afluxo urbano.

recomendações para o PARPAII: prioridade para o pequeno agricultor

Na última Segunda Feira, os membros do G20, representantes provinciais à IV Sessão do Observatório da Pobreza, e os membros de Grupos de Trabalho e outros actores da sociedade civil reuniram em Sessão Plenária onde teceram comentários ao documento preliminar do PARPA II.

Assim, no que se refere à pobreza e macroeconomia, reiteraram que o crescimento económico tem de se basear na agricultura e não em mega projectos que se situam em zonas francas.

Sublinham ainda que só se deve incentivar grandes projectos quando estes tenham como centro de benefícios os pobres, e, deve dar-se prioridade ao pequeno agricultor que constitui a maioria da população.

No âmbito da governação, deve se assegurar a efectividade e eficiência dos órgãos estatais, que a redução dos níveis da pobreza impliquem uma maior participação na governação a nível distrital, antecedida de uma consciencialização e mobilização a todos os actores de modo que a sua participação seja efectiva.

Deve ser clarificada a interacção da sociedade civil e o Governo aos vários níveis, e, qualquer legislação futura deve ser no sentido de potenciar os mais desfavorecidos como, criar sistemas financeiros a favor dos pobres e não criar mercados de títulos que podem agravar ainda mais o nível de pobreza.

No que se refere ao desenvolvimento

económico, a sociedade civil pretende que seja incluído nas principais acções, programas de comércio ao nível local, provincial, nacional e internacional, programas que respondam às exigências do mercado, uma política e legislação que estanque qualquer tentativa de privatização e mercantilização da terra, água e outros recursos naturais, incrementar investimentos para construção, manutenção e reabilitação de infra-estruturas de transporte e comunicações nas zonas rurais.

Estabelecer um crédito agrário adequado às condições reais do camponês, aumentar os investimentos na investigação participativa e transferência de tecnologias agrícolas relevantes à realidade camponesa.

Estabelecer e implementar programas de extensão rural pública e participativa e programas de alfabetização funcional.

Quanto ao capital humano, foi sublinhado a necessidade de se incentivar a auto organização e auto emprego, aumentar os níveis de ensino e educação de adultos, maior colaboração entre a saúde formal e a não convencional, aumento da participação da comunidade em programas de prevenção, combate e mitigação ao HIV/SIDA.

Deve constar no PARPA II, o conceito base de desenvolvimento sustentável e seus pilares, definir e institucionalizar mecanismos de prestação de contas a todos os níveis e o diálogo regular entre os governos locais e a sociedade civil. (X)

**Leia e divulgue este canal. Escreva para email: g20@fdc.org.mz
Fax:355333
Telephone:355312**